JORNAL DA TARDE 03 ABR 1996

4A — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br

JÚLIO MESQUITA (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA (1927 - 1969)

Diretor-responsável
FERNÃO L. MESQUITA

Diretores
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor-superintendente
Francisco de Mesquita Neto

Diretor-executivo
Leão Serva

Diretor-comercial
Roberto Crissiuma Mesquita

Editor-chefe
Celso Kinjô

Diretor da Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

As reformas aprovadas no Senado

O senador José Sarney, presidente do Senado e do Congresso Nacional, que em 1977, quando o presidente Ernesto Geisel fechou a Câmara e o Senado para editar o "pacote de abril" era um dos expoentes da Arena, o partido governista, e continuou placidamente onde estava, sem tugir nem mugir, está vendo agora, nas notícias sobre coisas malfeitas no Senado divulgadas nos últimos dias, um movimento orquestrado para desmoralizar o Legislativo com perigosíssimas intenções.

"Esse tipo de notícia gera um clima de desmoralização semelhante ao que levou ao fechamento das instituições no Peru" — reclamou irritado o senador maranhense do Amapá, autoproclamado guardião da pureza do comportamento das instituições legislativas.

A primeira das notícias que levou o senador Sarney a formular sua teoria "conspiratória" foi a de que o Senado gastou, no ano passado, R$ 4 milhões em obras nos gabinetes e nos apartamentos funcionais dos senadores, mais de 4 vezes o que o Orçamento da União reserva este ano para as creches e o dobro do que o Ministério da Agricultura prevê aplicar em projetos de colonização e sistema de distribuição de produtos agrícolas.

E foram reformas ecumênicas: entre outros, o apartamento da senadora Benedita da Silva, do PT, ganhou uma banheira de hidromassagem; a reforma da residência oficial ocupada por Sarney, do PMDB, custou R$ 118,7 mil fora a troca de móveis; o apartamento do senador Romeu Tuma, do PFL, ganhou uma nova cozinha e banheira de hidromassagem; os senadores Jáder Barbalho e Iris Rezende, ambos do PMDB, foram também agraciados com banheiras de hidromassagem em seus apartamentos.

Pelo que se vê, nem todo tipo de reforma encontra resistências no Senado. Só enfrentam dificuldades aquelas que podem melhorar a vida do brasileiro. As que melhoram a vida dos senadores passam sem qualquer restrição.

A outra notícia que irritou o senador Sarney foi a divulgada pelo deputado Augusto de Carvalho, do PT, dando conta de outra "reforma" que "passou" sem qualquer problema: a da frota de carros para uso particular dos senadores. Para promovê-la, o Senado comprou 44 automóveis Tempra (Fiat) e 43 Vectras (GM), que custaram R$ 1,9 milhão. Como despesas para comprar veículos de representação estão proibidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Senado fez uma pequena mágica para contornar a ilegalidade, registrando contabilmente os automóveis como de uso em serviço.

Realmente, o senador Sarney não deixa de ter razão. Fatos como esses, em qualquer ocasião, mas principalmente neste momento, em que a grande preocupação da sociedade brasileira é o excesso de gastos públicos que pode colocar em risco o Plano Real, são escandalosos e desmoralizam qualquer instituição. Nós e todos os brasileiros que sabem da importância do Legislativo num regime democrático estamos muito preocupados e esperamos que pelo menos a compra dos automóveis seja imediatamente suspensa uma vez que não dá para anular as reformas nos apartamentos.

Mas o que preocupa o senador Sarney não é o fato em si, os gastos com os apartamentos e os automóveis. O que desagradou ao ex-presidente da República foi a divulgação das notícias. O problema, na avaliação do senador, não é o crime, mas a notícia do crime.

Diante disso, é fácil entender por que muitos parlamentares querem aprovar uma lei de imprensa como a que está em tramitação na Câmara no momento, depois de aprovada no Senado, com artigos claramente intimidatórios a jornais e jornalistas.

O que a imprensa não noticia não aconteceu. E escândalos como esses das "reformas" que o Senado aprova sem problemas não "acontecendo" na imprensa, o senador Sarney pode continuar posando de guardião da moralidade administrativa e das instituições democráticas.